



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

AS PRÁTICAS DE EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE ISSO TEM A VER COM OS GÊNEROS BINÁRIOS?

Autora: Tainara Guimarães Araújo

Universidade Estadual de Santa Cruz- tainaraguimaraes.ciso@gmail.com

Introdução

A educação infantil foi institucionalizada como um direito somente em 1988, onde a Constituição Federal a reconhece como um direito da criança e um dever do Estado. Antes desse período a educação infantil possuía um caráter assistencialista, passando a fazer parte da educação e ser assegurada pelo poder público devido à pressão de alguns movimentos sociais, que começam a reivindicá-la como um direito da mulher trabalhadora e também das próprias crianças, vistas como cidadãs e, portanto, portadora de direitos.

Já sob responsabilidade do Estado, a educação infantil passa por significantes avanços, no que tange à sua consolidação a nível político. Em 1990 é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que reitera os direitos da criança e do adolescente, bem como determina a criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, que têm como responsabilidade zelar pelo respeito aos direitos desses cidadãos. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) inclui a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE) é aprovado e inclui um capítulo destinado à educação infantil, propondo metas para atender crianças de 0 a 6 anos, em 2007 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) é aprovado, garantindo o repasse de recursos para a educação infantil. Esses são alguns exemplos das políticas criadas para agir na solidificação, no funcionamento e na qualidade da educação infantil, criando suporte político a esta para que seus objetivos sejam atingidos e os educadores infantis exerçam suas práticas, que, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNI), criado em 1998, são, indissociavelmente, educar e cuidar.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Pensando as instituições infantis como um espaço de socialização das crianças e, conseqüentemente, um ambiente que agrega diversos indivíduos, estes com suas específicas singularidades, cabe aqui problematizar as suas práticas de educar e cuidar, visto que o campo da educação, em todos os seus níveis, é permeado por diversas práticas sexistas, machistas, homofóbicas e tantas outras que produzem e reproduzem diferenças sociais. Torna-se, portanto, importante problematizar o educar e o cuidar na educação infantil, visando questionar quais são os valores que permeiam essas práticas.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e qualitativa. Foi utilizada a revisão sistemática como procedimento metodológico, buscando manter o caráter e o rigor científico da pesquisa.

Resultados e Discussão

Segundo o RCNE/I (1998), educar

“significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural” (RCN/I, vol.I, 1998, p.23).

O cuidar “significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades” (RCN/I, vol.I, p.24) e, para exercer essa prática “é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades” (RCN/I, vol.I, p.24). Portanto, cuidar da criança é

“sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se sobre o que a criança sente e pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à ampliação deste conhecimento e



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

de suas habilidades, que as poucos a tornarão mais independente e mais autônoma” (RCN/I, vol.I, 1998, p.25).

O educar e o cuidar devem, portanto, constituir práticas pedagógicas que reconheçam a criança como um sujeito dotado de singularidades e o respeito a essas singularidades representa um pré requisito para os princípios de aceitação e respeito para com o outro. O educador infantil deve entender a percepção de mundo que a criança tem e desenvolver nela a capacidade de compreensão desse mundo, que é uma realidade repleta de diversidade. Ora, se o cuidar significa “valorizar e ajudar a desenvolver capacidades” e o educar significa, dentre outras coisas, desenvolver na criança a capacidade de “conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural”, não deveria a educação infantil praticar uma educação emancipadora e libertadora? Uma educação destituída de preconceitos e valores segregadores, que enxergue e ensine que o outro, independente do seu gênero, raça, religião ou orientação sexual tem capacidade e direito de ocupar qualquer espaço no plano social? Afinal, a educação infantil trata as crianças como iguais e as ensinam a se tratarem como iguais? No que se refere às questões de gênero, os educadores infantis educam meninas e meninos da mesma forma? O que se concebe, exatamente, como “meninas” e “meninos”?

Infelizmente o que se constata, tanto no campo prático quanto no campo teórico, é que a educação infantil, assim como os demais níveis de educação, educa meninas e meninos de maneiras distintas, tendo as suas práticas marcadas pela reprodução das desigualdades de gênero e as demais desigualdades sociais. Pesquisadoras como Guacira Lopes Louro (1997), Jane Felipe (1999) e Claudia Vianna e Daniela Finco (2009) desenvolveram estudos teóricos e empíricos sobre as questões de gênero na educação, estas últimas com enfoque na educação infantil, e esses estudos apontam que a educação infantil configura-se como um espaço de demarcação de diferenças e reprodução das desigualdades entre os gêneros feminino e masculino.

Seguindo a estrutura binária homem/mulher, os educadores infantis educam e cuidam das crianças submetendo-as à essa estrutura, ou seja, impõe à elas os padrões hegemônicos do gênero feminino e do gênero masculino. Esse processo abarca diversas práticas sexistas e machistas, muitas vezes sutis, veladas, que visam produzir corpos submissos, marcados e demarcados para obedecer a uma ordem e, assim, serem aceitos na sociedade. O corpo torna-se algo “produzido, moldado,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

modificado, adestrado e adornado segundo parâmetros culturais” (Vianna, Vinco, 2009, p. 272). Assim, há todo um controle do corpo infantil, um trabalho árduo para tornar as meninas meigas, dóceis, frágeis, cuidadosas, suas atitudes e comportamentos altamente “femininos” são vangloriados como se representassem algo de extremo valor. Em contrapartida, aquele que não chora precisa ser forte, sem vaidade, ter postura de “homenzinho”. Meninas cruzam as pernas, sentam como “mocinhas”, meninos podem sentar de “pernas abertas”. São ordens, gestos, elogios, repreensões, sorrisos e demais expressões e condutas normalizadoras, produtoras de sujeitos, que constituem as práticas de educar e cuidar na educação infantil. Essas práticas merecem atenção e, sobretudo, o questionamento e a problematização.

Torna-se evidente que o espaço escolar das crianças mantém e reforça a estrutura patriarcal, cuja nossa sociedade foi erguida, inscrevendo nos corpos das crianças marcadores de gênero, ou seja,

“O minucioso processo de feminilização e masculinização dos corpos, presente no controle dos sentimentos, no movimento corporal, no desenvolvimento das habilidades e dos modelos cognitivos de meninos e meninas está relacionado à força das expectativas que nossa sociedade e nossa cultura carregam” (Vianna e Finco, 2009, p. 272).

Entende-se que o “ser menina e o “ser menino”, nesse contexto, significa obedecer a uma ordem, se enquadrar a determinadas normas sociais, aprender a desempenhar funções muitas vezes impostas como naturais. Ser menina e ser menino, em suma, significa enquadrar-se e obedecer a ordem binária masculino/feminino. Nesse sentido, romper com essas determinações, subverter a norma é agir contra algo que já está circunscrito, pré determinado e a educação se apresenta, se revela como um mecanismo de controle para que os corpos infantis sejam domesticados segundo o que lhes são socialmente aceitos e determinados. A escola, como Louro afirma, delimita, separa, institui o espaço de cada sujeito (Louro, 1997).

Conclusão

É importante enfatizar que, imbricado a esse processo de inculcação de valores sexistas, há o processo de naturalização de comportamentos e condutas que pertencem ao universo simbólico



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

humano. A escola apresenta normas, valores e comportamentos como algo inerente a cada gênero, transmitindo para as crianças que meninas agem, naturalmente, de determinada forma e vice-versa, que meninas e meninos são, por natureza, constituídos de capacidades cognitivas diferentes, que vão desempenhar papéis distintos na sociedade e diversas outras concepções sexistas e machistas que alimentam e sustentam as desigualdades de gênero. Dessa forma, as crianças naturalizam diferenças e aprendem a conviver com elas, são ensinadas, adestradas para viver, reproduzir e sustentar o sistema patriarcal. Esse processo de adestramento ao patriarcado não se encerra na infância e não se restringe ao âmbito da educação, as diversas instituições sociais de nossa sociedade são estruturadas a partir das desigualdades de gênero, existe uma série de dispositivos de reprodução dessas desigualdades.

Compreendendo que o espaço educativo se apresenta como reprodutor das estruturas sociais, atuando como produtor do sujeito, cabe aqui a reflexão e o questionamento a respeito do currículo, afinal, ele “está no centro da relação educativa” (Silva, 2001, p.10), o que evidencia a estreita relação entre currículo e o processo educativo de produção do sujeito. Considerando o emaranhado de significados expostos e discutidos por Tomaz Tadeu da Silva (2001), não se pode reduzir o currículo a um mero documento pedagógico, a um produto de políticas curriculares, ou mesmo às relações pedagógico-educativas. Tem de se questionar o caráter do currículo, suas múltiplas e interfaces, de que forma ele se apresenta na realidade social, no campo das relações de poder. De que maneira ele se materializa, o que ele produz e de que forma ele produz.

Tomaz Tadeu da Silva (2001), em sua obra *O Currículo Como Fetiche: a poética e a política do texto curricular*, defende uma concepção de currículo pensado dentro das relações sociais, consequentemente inserido também nas relações de poder, e baseada numa perspectiva dinâmica de cultura, esta última pensada e concebida como produção. Nesse sentido, o currículo “é compreendido como: 1) uma prática de significação; 2) uma prática produtiva; 3) uma relação social; 4) uma relação de poder; 5) uma prática que produz identidades sociais” (Silva, 2001, p.17). O que o autor quer tornar evidente é que o currículo, como prática discursiva, produz identidades sociais através da construção, da produção de significados. E esse processo se dá no contexto das relações sociais e de poder, ou seja, no contexto marcado pelas diferenças, hierarquias de gênero,



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

classe, sexualidade, marcado pela exploração humana, pelas injustiças sociais. Por meio da produção de significados, o currículo produz, no campo social e político, identidades de gênero, raciais e outras demais.

Concomitantemente a essa produção de identidades, há o processo de construção e demarcação das diferenças, o currículo produz sujeitos ao mesmo tempo em que estabelece e institui diferenças (Silva, 2001). O currículo, portanto, se materializa como prática discursiva e atua na produção de subjetividades, na disciplinação dos corpos, na manutenção da ordem, na reprodução e manutenção das desigualdades.

Dentro do processo de construção das identidades de gênero na educação infantil, o currículo se apresenta como um dispositivo de disciplinação do corpo infantil, orientando os educadores no processo de inculcação nas crianç as da oposição binária homem-mulher. O currículo orienta as práticas pedagógicas de controle e disciplinação do corpo.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil**/ Ministério da Educação e do Desporto , Secretaria de Educação Fundamental.-Brasília: MEC/SEF,1998.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O Currículo Como Fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CARVALHO, Eronilda Maria G is de. **Educação Infantil**: percursos, percalsos, dilemas e... perspectivas. 2. ed. Ilhéus: Editus, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **G nero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VIANNA, Claudia ; FINCO, Daniela . Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, p. 265-284, jul./dez. 2009.